

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

AMANDA GLADYZ BLÁSQUEZ FIGUEROA

**AS MODERNIZAÇÕES CHILENAS DE 1980: EMBATES DE UM
SISTEMA EDUCACIONAL NEOLIBERAL**

MARINGÁ
2013

AMANDA GLADYZ BLÁSQUEZ FIGUEROA

**AS MODERNIZAÇÕES CHILENAS DE 1980: EMBATES DE UM
SISTEMA EDUCACIONAL NEOLIBERAL**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC,
apresentado ao curso de Pedagogia, da
Universidade Estadual de Maringá, como
requisito parcial para obtenção do grau de
licenciado em Pedagogia.

Orientação: Profa. Dra. Maria Cristina
Gomes Machado.

MARINGÁ
2013

FIGUEROA, Amanda Gladys Blásquez. **As modernizações chilenas de 1980: embates de um sistema educacional neoliberal.** 2013. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Maringá, 2013.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as reformas educacionais no Chile que tiveram início em 1970, e foram ocorrer de forma direta na década 1980; tais reformas foram promovidas pelo presidente Augusto Pinochet (1915-2006), por meio de um projeto neoliberal elaborado em conjunto com estudantes norte-americanos conhecidos como “*Chicago Boys*” e economistas chilenos da Universidade Católica do Chile. Tal projeto se tornou a base do governo do presidente, conhecida como “*El Ladrillo*”, que englobava as áreas da saúde, previdência social e educação, sendo está última o nosso ponto de estudo. No tocante ao sistema educacional, busca-se investigar as modernizações educacionais que decorreram de tal projeto, para elucidar e compreender as recentes manifestações populares no Chile, promovidas por estudantes e grupos sindicais em prol de mudanças no sistema educacional. Neste sentido a pesquisa almeja compreender o que motivou tais manifestações, invariavelmente violentas, tanto no que diz respeito aos manifestantes, quanto à ação-resposta governamental. Conclui-se que a ação-resposta do governo não logrou o fim das manifestações; nesse contexto, embora o país tenha os melhores índices de educação da América Latina, o novo pacto proposto pela aliança dos governos ainda esta longe de por um fim na revolta da população, uma vez que é fraco o esforço dos governos em aperfeiçoar as políticas educacionais promovidas por Pinochet.

Palavras-chave: História da Educação. História da Educação no Chile. Augusto Pinochet. Reformas Educacionais.

ABSTRACT

This study aims to analyze the educational reforms in Chile that began in 1970 and were carried out directly in the 1980's; such reforms were promoted by President Augusto Pinochet (1915-2006), through a neoliberal project developed together with American students known as the "Chicago Boys" and Chilean economists from the Catholic University of Chile. This project became the basis of President's government, known as "El Ladrillo" that encompassed the areas of health care, social welfare and education our main study point being the last. Regarding the educational system, we seek to investigate the educational modernization that derived from such a project, to elucidate and understand the recent popular riots in Chile, promoted by students and syndicates in favor of changes in the educational system. In this sense, the research aims to understand what motivated such events invariably violent, both with regard to the rioters, as well as to the government action. It is concluded that the government action failed to damp the riots; in this context, although the country has the highest levels of education in Latin America, the new pact proposed by the alliance of governments is still far from stopping the population revolt, since it is a weak effort of governments in improving educational policies promoted by Pinochet.

Keywords: Education History. Education History in Chile. Augusto Pinochet. Educational Reforms.

AS MODERNIZAÇÕES CHILENAS DE 1980: EMBATES DE UM SISTEMA EDUCACIONAL NEOLIBERAL

FIGUEROA, Amanda Gladyz Blásquez

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objeto de estudo as modernizações ocorridas no Chile nos anos de 1980, pelo então presidente Augusto Pinochet¹. No tocante ao sistema educacional, as modernizações vieram junto a um projeto elaborado por estudantes da Universidade de Chicago “*Chicago Boys*” e da Universidade do Chile, contendo pautas concernentes a um sistema econômico que englobou saúde, educação e previdência social. Tal projeto, ainda que implementado com o golpe militar de 1973, provocou mudanças direta na educação na década de 80 do século XX.

Assim, buscou-se investigar as modernizações educacionais, impostas e/ou propostas por Augusto Pinochet nesse período, relacionando as mesmas com o desenvolvimento histórico do país e a aplicação das políticas públicas educacionais, posteriores, ao governo militar, concluindo como estas políticas culminaram na conjuntura educacional atual do Chile.

A ideologia neoliberal nos faz crer que não há outra saída para a humanidade que não seja curvar-se a lógica do mercado. Gaudêncio Frigotto no prefácio do livro de Bianchetti intitulado Modelo Neoliberal e políticas educacionais, destaca que Marx crítico do caráter alienador e da violência nas relações de mercado nos lembra que a história primeiro se repete como tragédia e em seguida como farsa. Observando o movimento histórico da época vemos que a lei do livre mercado levou o mercado a lógica de concentração, acumulação e centralização do capital, e em consequência a crises cada vez mais profundas, não bastava que o capital explora-

¹ Augusto José Ramón Pinochet Ugarte (1915-2006) foi um militar chileno que no golpe de 11 de setembro de 1973 se tornou presidente do Chile. Governou o país de 1973 a 1990. Seu governo, ditatorial, foi caracterizado pela violência e a repressão política. Foi responsável pela morte de centenas de pessoas opositoras ao regime e tortura de milhares de chilenos que foram obrigados a exilar-se. Paralelamente seu governo promoveu reformas econômicas, na qual um sucesso inicial levou a se falar num “milagre econômico chileno”. Faleceu no dia 10 de dezembro de 2006 diante do cenário das manifestações educacionais e ironicamente no dia internacional dos direitos humanos, foi velado na Escola Militar sem honras de chefe de Estado.

se as forças de trabalho incorporando-a nas mercadorias produzidas, era necessário que o ciclo se completasse com a venda de tais mercadorias, sendo assim a crise do capital se torna uma crise de superprodução de mercadorias que não eram vendidas no mercado.

A crise de 1914 e a crise de 1929 deixaram claro que o modo de produção social capitalista e sua lógica anárquica e excludente põe em risco o sistema. Neste sentido na Revolução 1917 a teoria Keynesiana que defendia um Estado forte e interventor ganha força, sofrendo ampla adesão após na década de 1930 especialmente após a Segunda Guerra Mundial, tal teoria sedimentou as bases do que conhecemos como Estado de Bem-Estar ou modo fordista de regulação social. Passa-se o tempo de relativa estabilidade do capitalismo sobre os Estados nacionais fortes, entretanto os mesmos não conseguiam corrigir o caráter destrutivo, de acumulação, concentração e centralização do capital, a economia passa ser poder do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Neste contexto o neoliberalismo não surge como algo novo, entretanto nasce como combate implacável às teses Keynesianas e ao ideário de Estado de Bem-Estar sendo o mercado a lei social soberana.

A adoção das teses neoliberais e sua implantação teve início apenas no contexto da crise do capitalismo na década de 1970, tendo como primeiros líderes Margaret Thatcher na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos, com ajuda do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial que supervisionaram tais processos e denominaram os mesmos como um ajuste da economia para uma nova ordem mundial globalizada. Segundo Harvey (2012) nenhum modo de pensamento se torna dominante sem que disponha de um aparato conceitual que mobilize nossas sensações, instintos, desejos e valores. Se bem sucedido este aparato social se incorpora ao senso comum e se torna livre de questionamentos. As figuras que defendiam a teoria neoliberal consideravam fundamentais as ideias de igualdade, dignidade e liberdade, sendo esta uma sábia escolha, pois afinal estes eram ideais convincentes e sedutores. Destaca Harvey (2012):

Os conceitos de dignidade e de liberdade individual são por si mesmos profundamente valiosos e comoventes. Foram esses ideais que conferiram vigor aos movimentos dissidentes do Leste Europeu e da União Soviética antes do final da Guerra

Fria, assim como aos estudantes da Praça Tiananmen, na China. Os movimentos Estudantis que percorreram o mundo em 1968 – de Paris e Chicago a Bancoc e Cidade do México – foram em parte motivados pela busca de uma maior liberdade de expressão e de escolha pessoal (HARVEY, 2012, p. 15).

Vale dizer que a primeira experiência de neoliberalização foi no Chile com o golpe militar em 11 de setembro. O golpe contra o governo democraticamente eleito de Salvador Allende teve patrocínio de elites de negócios chilenos ameaçadas pela tendência de Allende para o socialismo. Sendo apoiado por corporações dos Estados Unidos como a CIA. Segundo Espinoza e González (1993), o Chile é um país que se formou em um regime centralizado devido às condições geográficas e demográficas de uma nação jovem, com uma forte influência francesa, cujo sistema educacional é centralizado. Não obstante, no início da década de 1970 tal administração centralizada tornou-se muito complexa, no qual o sistema cresceu de 20.000 alunos atendidos para 70.000 nas décadas de 1960 a 1970.

De acordo com Brunner (2011), o sistema educacional chileno está apoiado em três pilares essenciais que formam o edifício educacional, denominado pelo autor de “provisión mixta”. Nesse sistema, a ação do Estado para a garantia dos direitos educacionais, efetiva-se por meio de: 1. A gestão das escolas pelas municipalidades; 2. O pagamento de subvenção escolar por aluno, tanto para as escolas de gestão municipal como para escolas particulares associadas ao sistema de subvenção; 3. A avaliação dos alunos por meio de um sistema nacional, o Sistema de Medición de Calidad de la Educación (SIMCE)².

A educação chilena é dividida em quatro níveis, a saber: a pré-escola ou *parvulo*, que abrange crianças de até 5 anos; a *enseñanza básica* abrangendo crianças de 5 a 13 anos; o terceiro nível chamado de *enseñanza média* que engloba adolescentes de 13 a 18 anos e, por fim, a universidade. A grande maioria dos alunos chilenos estuda na Jornada Escolar Completa (JEC)³, totalizando 38 horas de

² O SIMCE é um serviço público, jurídico, descentralizado que se relaciona com o Presidente da República por meio do Ministério da Educação, tem como objetivo avaliar e orientar todo o sistema educacional chileno.

³ A Jornada Escolar Completa (JEC) foi estabelecida nesta década em todo o sistema escolar chileno. Com ela, o tempo escolar diário, para todos os alunos, estende-se em geral das 8 horas da manhã até às 16h.

45 minutos para os alunos do terceiro ao oitavo anos da educação básica e 42 horas de 45 minutos para os estudantes da educação média.

O Chile, de acordo com Espinoza e González (1993), apresentou várias tentativas de descentralização anteriores ao Governo Militar, entretanto sem efeito. Diante disso, entre outras razões, o governo decidiu por desconcentrar a educação, pois, havia uma burocracia administrativa que era ineficiente diante do crescimento de matrículas e do número de professores pelas características geográficas do país e pela necessidade de modernizar o Estado e a administração pública.

O país passou por dois processos: o de desconcentração e o de descentralização do ensino. De acordo com Espinoza e González (1993), o conceito de desconcentração seria o do processo de delegação de autoridade, no qual o Governo delegou funções a entidades regionais e locais que são dependentes diretamente do Ministério, mantendo assim a tomada de decisões. Já o de descentralização no caso chileno seria a transferência de atribuições desde autoridade a tomada de decisões.

As modernizações do projeto de Pinochet trouxeram inúmeras modificações no âmbito da educação chilena. Destaca-se, por exemplo, que seu projeto social, por um lado, possibilitou o aumento no número de alunos matriculados nas escolas, consequência direta da maior abrangência da rede de ensino. Não obstante, a partir da década de 1980, tal projeto baseado em privatizações e subvenções por parte do Estado para com a rede nacional de ensino, possibilitou que as escolas particulares subvencionadas e as escolas municipais da educação média, passassem a cobrar mensalidades em um sistema denominado *financiamento compartilhado*, dispositivo que passou a efetivamente integrar a legislação educacional em 1988. Nota-se, portanto, uma situação de segregação escolar, visto que a classe mais abastada voltou-se à escola privada ou subvencionada, enquanto a classe baixa permaneceu na alternativa pública. Tal conjuntura acentuou as diferenças sociais, criando um ambiente de embate social entre as classes que perdura até os dias atuais.

Dadas as recentes manifestações populares no Chile em prol de mudanças no sistema educacional, com vistas a conhecer e questionar a viabilidade do modelo educacional em vigor, bem como investigar o que motivou tais manifestações, invariavelmente violentas tanto no que diz respeito aos manifestantes quanto à ação-resposta governamental. Não obstante o trabalho se dividirá em três momentos, no qual primeiramente elucidaremos o país antes do regime ditatorial,

em seguida o governo do presidente Pinochet, e por fim, as aclamações populares em prol de uma reforma educacional.

Vale ressaltar que a autora da pesquisa advém de uma família chilena por parte paterna. Configura-se, portanto, uma necessidade pessoal da compreensão histórica e social, uma vez que o pai vivenciou diretamente o período abordado e os parentes que ainda vivem no país convivem com as consequências diretas das reformas implementadas no sistema educacional.

A EDUCAÇÃO DO CHILE: ANTECEDENTES DA DITADURA

O Chile se define como um país unitário, sendo esta a opção que levou o país a ser centralizado. Podemos observar antecedentes históricos a favor da descentralização e desconcentração desde 1818 na Constituição e nas Cartas Constitucionais, nas quais aparecia claramente a intenção de delegar aos municípios o controle da educação. Entretanto, até 1973, somente os serviços de educação primária estavam descentralizados.

Fuenzalida (1998) afirma que é necessário destacar que, com o processo de independência nacional, a primeira Constituição de 1833 vigorou até 1925 atribuía-se ao Estado alta responsabilidade na construção de um sistema escolar, assegurando a liberdade de ensino. Na segunda metade do século XIX e no início do século XX, temos a consolidação de um sistema educacional centralizado, influenciado pelos franceses, objetivando uma maior preocupação do Estado com a cobertura da educação nos níveis primário e secundário. Em 1920 cria-se o Ministério da Educação (MINEDUC), que regulamentava aspectos administrativos e pedagógicos da educação. O autor destaca que esse caráter centralizado da educação representa uma orientação nacionalista, tendo a escola um importante papel na construção nacional, no sentido de homogeneização cultural mediante o controle da educação transmitida. O sistema escolar copia o conceito napoleônico de Estado, caracterizado por ser público e centralizado.

Espinoza e González (2003) enfatiza que entre 1944 e 1948, tem-se uma primeira tentativa de reduzir o centralismo na educação chilena. O *Plan Experimental de Educação Rural San Carlos* pretendia criar um sistema de educação para regiões rurais, entretanto, o plano logo foi deixado de lado pela oposição de diversos grupos locais, ligados ao latifúndio e a interesses burocráticos.

Posteriormente em 1954, houve um projeto destinado a diminuir o centralismo, tal projeto pensado por educadores foi apresentado ao Congresso Legislativo como um projeto avançado que estipulava a criação de Conselhos Regionais de Educação, Departamentos de Educação.

A partir 1960, tendo como base diferentes projetos e concepções se deram três grandes tentativas de reformar o sistema educacional vigente, de uma forma ou de outra todas as tentativas buscavam combater o centralismo educacional. O primeiro foi na administração de Jorge Alessandri, que queria evitar a centralização administrativa, política e curricular, a posição não centralizadora do regime proposto por Alessandri reconhecia os problemas do centralismo. No *Plan de desarrollo Educativo* se elencava:

[...] assegurar, mediante medidas bem estudadas de descentralização administrativa dos serviços escolares, uma participação mas eficaz que a que agora se obtém dos diversos setores da vida nacional e das comunidades locais na obra da educação (*COMISIÓN DE PLANEAMIENTO INTEGRAL DE LA EDUCACIÓN CHILENA, 1964, p. 62, tradução livre*).⁴

A mesma administração de Alessandri em 1961 colocou em prática o chamado *Plan Arica*, o plano subordinou toda a rede pública, organizando uma unificação do processo educativo, movimentado a comunidade local y os docentes para uma participação consultiva na educação.

No entanto, ao contrário prosseguindo com a tendência essa política é descentralizadora o governo de Eduardo Frei pretendeu racionalizar a administração do sistema educacional. Em 1965 propôs um projeto de lei que mudaria a estrutura administrativa do *Ministerio de Educación* (MINEDUC), o projeto tentava delimitar as funções, entregando a função técnica para a Superintendência de Educação, o executivo à uma Direção General Única e a função administrativa à Subsecretaria de Educação, propondo a descentralização mediante a criação de *Direcciones Departamentales de Educación*, divisão que teria em sua responsabilidade os estabelecimentos educativos pré-escolares, básicos e médios, compreendendo o funcionamento de comitês consultivos com representantes da comunidade local. Tal

⁴ [...] asegurar, mediante medidas bien estudiadas de descentralización administrativa de los servicios escolares, una participación más eficaz que la que ahora se obtiene de los diversos sectores de la vida nacional y de las comunidades locales en la obra de la educación (*COMISIÓN DE PLANEAMIENTO INTEGRAL DE LA EDUCACIÓN CHILENA, 1964, p.62*).

projeto mesmo sendo discutido no parlamento, jamais chegou a ser levado a congresso. Segundo Schwartzman (2007), o projeto mais ambicioso referente as reformas educacionais foi no governo de Eduardo Frei (1964-1970), pois o mesmo quase obteve a universalização do acesso a educação fundamental.

De acordo com Nuñez (1989), somente em dezembro de 1970 com a Lei nº 17.301 se criou a Junta Nacional de Jardins Infantis, bem como a criação de dez Coordenações Regionais de educação. Tais Coordenações só foram colocadas em prática no governo de Salvador Allende, sendo concebido como alternativa para uma descentralização administrativa. Sobre esta questão o autor afirma que:

[...] as coordenações tiveram existência real e sobre a sua base foi possível que, no setor na educação, a regionalização administrativa promovida pelo regime de Pinochet fosse mais rápido que em outros setores do Estado (NÚÑEZ, 1989, p. 227, tradução livre) ⁵.

As possibilidades de descentralização não puderam ser consumadas, pois foram recusadas pela controladoria do Estado. Ainda alertam Espinoza González (1993) que, previamente ao golpe de 1973, houve propostas significativas de descentralização e desconcentração, entretanto os adeptos ao centralismo incidiram negativamente na tentativa de mudanças.

Na década de 1960, a Guerra Fria transformou o país em uma nação polarizada. Grupos como o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) proclamavam a luta armada para tomar o poder, enquanto grupos de direita como o Movimento Nacionalista Pátria e Liberdade pregavam o uso da violência contra os marxistas. A tensão da época se tornou mais evidente com a eleição do socialista Salvador Allende em 1970, a crise econômica atingiu o país, acirrada pela oposição a seu governo. Allende tentou evitar o uso de armas ao propor um plebiscito para solucionar os problemas, entretanto não teve tempo, pois grupos de oficiais já preparavam sua derrubada.

A base do governo do presidente Pinochet conhecida como “*El Ladrillo*” teve a colaboração dos conhecidos como “*Chicago Boys*”, um grupo de economistas

⁵ [...] las Coordinaciones tuvieron existencia real y sobre su base fue posible que, en el sector educación, la regionalización administrativa promovida por el regimen de Pinochet fuera más rápida que em otros sectores del Estado (NÚÑEZ, 1989, p 227).

conhecidos por sua adesão às teorias neoliberais de Milton Friedman, professor da Universidade de Chicago, sendo eles chamados para ajudar a reconstruir a economia chilena. Entretanto como aponta Harley (2012) é interessante conhecer o modo como eles foram escolhidos:

Os Estados Unidos tinham financiado o treinamento de economistas chilenos na Universidade de Chicago desde os anos 1950 como parte do programa da Guerra Fria destinado a neutralizar tendências esquerdistas na América Latina. Os economistas treinados em Chicago vieram a obter o predomínio na Universidade Católica entidade privada, de Santiago (HARLEY, 2012, p. 18).

Não obstante no início dos anos 1970, as elites dos negócios se organizaram para se opor a Allende, unindo-se aos “*Chicago Boys*” e aos economistas da Universidade Católica, financiando o trabalho dos mesmos. Pinochet levou tais economistas para seu governo organizando primeiramente pedidos de empréstimos ao Fundo Monetário Internacional e trabalhando em parceria como FMI, reestruturaram a economia segundo suas teorias. Reverteram as nacionalizações com as privatizações, facilitaram investimentos estrangeiros diretos e o comércio mais livre. O único setor que ficou reservado ao Estado foi o cobre, recurso chave para viabilidade orçamentária do Estado. Assim, se iniciou os onze anos do regime de Pinochet, a democracia que morria naquela terça-feira 11 de setembro tinha nascido de um longo processo de crises e de conflitos de décadas, uma vez assumido a Junta Militar do Governo, as Coordenações Regionais de Educação, começaram a traçar um caminho definitivo à reforma integral da administração do sistema educacional chileno.

A DITADURA DE AUGUSTO PINOCHET: TENDÊNCIAS E DOCUMENTOS RELEVANTES

A ditadura de Augusto Pinochet causou profundas modificações na sociedade chilena. De acordo com Figueroa (1997), no ano de 1981, o governo militar chileno comandado por Augusto Pinochet iniciou um processo de transformação radical da

educação. Tal processo se deu por meio dos parâmetros expressos no documento oficial conhecido como “*El Ladrillo*”. Vale dizer que as escolas, em contexto anterior há mais de 100 anos, foram propriedade pública, tendo sua gestão centralizada pelo Ministério da Educação. Mas por que tais modificações foram necessárias?

O que ocorria era uma crise do processo civilizatório, por um lado o socialismo real, e, de outro, o esgotamento do mais longo e bem-sucedido período de acumulação capitalista. Conforme aponta Harvey (2012), a crise da acumulação do capital na década de 1970 afetou a todos combinando desemprego e inflação acelerada, criando uma insatisfação geral, que em conjunção com os movimentos sociais em boa parte do mundo capitalista parecia apontar para a emergência de uma alternativa socialista. Lógico que isso significaria uma ameaça política às elites econômicas tanto em países desenvolvidos, como em países em desenvolvimento como o Chile. Sendo assim, conforme destaca Frigotto (2000):

O que entrou em crise nos anos 70 constitui-se em mecanismo de solução da crise dos anos 30: as políticas estatais, mediante o fundo público, financiando o padrão de acumulação capitalista nos últimos cinquenta anos. A crise não é, portanto, como a explica a ideologia neoliberal, resultado da demasiada interferência do Estado, da garantia de ganhos de produtividade e da estabilidade dos trabalhadores e das despesas sociais. Ao contrário, a crise é um elemento constituinte, estrutural, do movimento cíclico da acumulação capitalista, assumindo formas específicas que variam de intensidade no tempo e no espaço (FRIGOTTO, 2000, p. 62).

A partir da divulgação de “*El Ladrillo*”, o governo desmantelou os sindicatos nos quais a massa popular expressava seus interesses. Além disso, reduziu o papel de intervenção do Estado, impôs corte de gastos públicos, promoveu a liberação dos mercados e comércio exterior, sobrepunhando a supremacia do então livre mercado contra a subordinação da atividade econômica interna. A economia nacional empobreceu, levando o desemprego e a pobreza a níveis nunca antes vistos. Figueroa (1997) aponta que, no início da década de 1980, a crise da dívida externa e a conseqüente transferência de recursos para o exterior, juntamente com uma nova regressão nas condições macroeconômicas e distributivas puseram fim ao

otimismo, segundo o qual a economia havia entrado num caminho de crescimento acelerado que poderia ter dado início ao tão esperado ciclo distributivo. A aplicação de uma política de reajuste forçou a deterioração das remunerações, novos cortes nos gastos sociais e uma nova alta na já grande taxa de desemprego.

Existem cinco documentos considerados fundamentais que refletem as propostas do Governo Militar, bem como cinco tendências presentes no governo que eram a favor da descentralização. Esses serão apresentados na sequência desse artigo.

O primeiro documento que orientou as políticas gerais do Governo Militar foi *La Declaración De Principios De La Junta De Gobierno* publicada em 1974, na qual se traçava linhas que marcariam as mudanças educacionais. Argumentava-se na Declaração que o fim do Estado era o bem comum de toda a sociedade, devendo ser o conjunto de condições sociais que permitiria que todos e cada um dos chilenos alcançar sua plena realização pessoal. Na declaração há o conceito de “*Subsidiariedad del Estado*”, no qual o Estado deveria reservar-se a propriedade de todo aquilo que em caráter estratégico não fosse prudente entregar a mãos particulares deixando aberto todo o direito à propriedade privada. O objetivo final, como destacam Espinoza e González (1993), era o de transformar o Chile em uma nação de proprietários e proletariados, sendo que na mesma encontram-se quatro ideias centrais: uma concepção de sociedade oposta ao individualismo liberal e ao coletivismo; a modernização necessária no país e a descentralização.

El Diagnóstico De La Educación Chilena publicado em 1974, foi o segundo documento, este foi elaborado por professores do país e mostra imperfeições existentes no sistema educacional. Entre elas, se se pode mencionar a baixa atenção pré-escolar e os altos índices de repetência na Educação, bem como se elencava a carência na delimitação de funções e a falta de coordenação entre a Superintendência da Educação e a Oficina de Planificação Nacional (ODEPLAN).

El Objetivo Nacional Del Gobierno De Chile publicado em 1975 destacava a necessidade de conjugar o princípio de liberdade pessoal com o princípio de autoridade, garantindo a liberdade individual e promovendo o bem comum. No âmbito educacional com o intuito de modernizar o sistema, pensava-se em oferecer uma educação integral sobre os seguintes pontos norteadores:

- A educação deveria aprofundar e transmitir o amor a pátria e aos valores nacionais, o apreço pela família e a adesão ao conceito de uma unidade nacional;
 - O Estado reconheceria o direito preferencialmente dos pais a educar seus filhos, admitindo uma ampla liberdade de ensino;
 - O Estado criaria y atenderia estabelecimentos educacionais em todos os níveis, na medida que a iniciativa particular fosse insuficiente para cobrir as necessidades da nação;
- Para assegurar estes princípios:
- Reformar e adequar o sistema educacional em conformidade as necessidades e prioridades do país, previa avaliação do sistema imperante;
 - Enaltecer a condição do pessoal docente a um nível de acordo com sua dignidade;
 - Reconhecer e considerar o que significa a educação em todos os níveis;
 - Aperfeiçoar o controle da educação básica e média, por meio de um organismo que integrasse os diferentes elementos y fatores constituintes do processo educacional com a participação do Estado (*OBJETIVO NACIONAL DEL GOBIERNO DE CHILE, 1975 apud ESPINOZA E GONZALEZ, 1993, p. 48-49, tradução livre*)⁶.

O documento destacava o caráter nacionalista da educação, convertendo-a em uma tarefa da família, para tanto defendia a liberdade de ensino. Nesse mesmo ano foi publicado o documento *Las Políticas Educativas Del Gobierno De Chile*. Neste documento segundo Espinoza e Gonzalez (1993), destacavam-se três medidas adotadas pelo governo. A primeira apontava para a eliminação da orientação marxista que se havia dado em uma parte do ensino. A segunda visava diminuir a excessiva centralização administrativa que atrapalhava a modernização educacional.

⁶ - *La educación debería profundizar y transmitir el amor a la patria y a los valores nacionales, el aprecio por la familia y la adhesión al concepto de la unidad nacional.*

- *El Estado reconocería el derecho preferente de los padres a educar sus hijos, admitiendo una amplia libertad de enseñanza.*

- *El Estado procuraría asegurar que la Enseñanza Básica obligatoria fuese una realidad para todos los chilenos.*

- *El estado crearía y atendería establecimientos educacionales en todos los niveles, en la medida que la iniciativa particular fuese insuficiente para cubrir las necesidades de la nación.*

Para llevar a cabo estos principios se propendería a:

- *Reformar y adecuar el sistema educacional en conformidad a las necesidades y prioridades del país, previa evaluación del sistema imperante.*

- *Enaltecer la condición del personal docente a un nivel acorde con su dignidad.*

- *Reconocer y considerar el aporte que significa la educación particular a todos los niveles.*

- *Perfeccionar el control de la Educación Básica y Media mediante un organismo que integrasse a los diferentes elementos y factores constituyentes del proceso educacional con participación del Estado (OBJETIVO NACIONAL DEL GOBIERNO DE CHILE, 1975 apud ESPINOZA E GONZALEZ, 1993 p. 48-49).*

E a terceira foi a de encarregar a realização de uma valorização a comissão de especialistas que avaliaria a educação, no qual os mesmos produziram um documento denominado, o Diagnóstico da Educação Chilena. Alerta o autor que havia quatro pilares que sustentariam a futuras políticas educacionais do governo:

- A renovação continua, que implica uma permanente adaptação as mudanças da sociedade.
- A mudança planificada, significava: realizar uma consulta ampla dos setores involucrados a fim de assegurar que seus interesse foses levados em consideração; uma planificação detalhada; uma experimentação sistemática; uma execução eficaz das decisões tomadas; uma avaliação dos objetivos logrados e um aproveitamento amplo de todas as posibilidades que blindassem a comunidade.
- A subsidiariedade na qual se reserva o Estado um hall controlador dos intereses públicos.
- A educação permanente concebida esta como uma atividade que se extiende ao longo da vida (*MINISTERIO DE EDUCACIÓN, 1975 apud ESPINOZA E GONZALEZ, 1993. 50, tradução livre*)⁷.

Pinochet chega ao poder, a junta militar suspendeu a Constituição em vigor, dissolve o congresso, proíbe manifestações sociais e declara estado de sítio. Em 1980 Pinochet aprova uma nova Constituição com um plebiscito fraudado. A nova constituição concedia mais poder ao ditador intitulada *La Constitución Política Del Estado publicada em 1980*.

Com respeito à descentralização, a constituição 1980, estabeleceu no capítulo primeiro artigo 3, que o Estado do Chile é unitário, sendo que seu território de divide em regiões. A lei propunha que sua administração fosse funcional y territorialmente descentralizada⁸.

⁷ - *La renovación continua, que implicaba una permanente adaptación a los cambios de la sociedad.*

- *El cambio planificado, que significaba: realizar una consulta amplia a los sectores involucrados, a fin de asegurar que sus intereses fuesen tomados em cuenta; una planificación detallada; una experimentación sistemática; una ejecución eficaz de las decisiones tomadas; una evaluación de los objetivos logrados; y, um aprovechamiento amplio de todas las disponibilidades que blindase la comunidad.*

- *La subsidiariedad, em cual se reserva al Estado um rol de contralor de los intereses públicos.*

- *La educación permanente concebida está como una actividad que se extiende a lo largo de la vida (MINISTERIO DE EDUCACIÓN, 1975 apud ESPINOZA E GONZALEZ, 1993 p. 50).*

⁸ El Estado de Chile es unitário. Su território se divide em regiones. La ley propenderá a que su administración sea funcional y territorialmente descentralizada (CONSTITUCIÓN POLITICA DE LA REPUBLICA DE CHILE DE 1980).

Conforme já explicitado, de acordo com Espinoza e Gonzalez (1993), havia cinco tendências a favor da desconcentração e descentralização do Estado. A primeira tendência Corporativista era a favor da desconcentração do sistema por meio do corporativismo e da modernização do Estado. Esta primeira tendência se originou do grupo *Comisión Nacional de la Reforma Administrativa* (CONARA). A segunda, chamada pelo autor de Tendência Neoliberal, propunha a descentralização do ensino mediante a privatização total do sistema, privilegiando: a ideia de privatização para diminuir a excessiva intervenção do Estado, no qual o mesmo só operaria em casos extremos; a competitividade por meio do livre mercado; a individualidade e a liberdade de escolha da família perante a escola de seus filhos. Tal tendência coincidia com a corporativista na tentativa de modernizar o Estado, fazendo-o mais eficiente e com uma melhor cobertura mediante incentivos, o setor privado é quem deveria assumir tais responsabilidades. Acompanhava-se as críticas aos Estados considerados burocráticos e diminuía-se as obrigações do Estado chileno.

A terceira tendência denominada Pragmatista pretendia melhorar a distribuição dos fundos escolar, aperfeiçoar o controle de recursos por parte do Estado, e foi a primeira a propor a Municipalização para atingir seus objetivos.

A tendência Mesurada-Técnica defendia a descentralização de forma gradual sobrepondo que, somente assim, se poderia outorgar uma melhor desconcentração, mediante a profissionalização dos docentes, delegando a eles a responsabilidade na construção do currículo local e no manejo do processo educativo.

A quinta e última tendência denominada Burocrática-Funcionária, correspondia à massa de funcionários do sistema educacional, esta se pode dizer que era a favor do centralismo. Tais tendências exerceram maior e menor força ao longo do processo de desconcentração, descentralização e postura frente ao centralismo, dando sequência a decisões que mudaram o sistema educativo.

A professora e jornalista Pilar Vergara (1994) afirma que, com a redução dos gastos, o Estado se retirou dos setores sociais, privatizando os serviços, permitindo uma nova institucionalidade social à mercê do mercado competitivo. Com esse propósito, o golpe militar deu início a um amplo plano de reformas, denominadas “modernizações sociais”, transferindo para o mercado privado a iniciativa de promover os bens sociais. O Estado reservou a si somente a responsabilidade sobre os setores de menores recursos que precisavam ser custeados mesmo que

minimamente. No campo educacional, as modernizações transferiram a gestão fiscal dos estabelecimentos educacionais para as municipalidades e as mesmas a repassavam às entidades privadas. Cria-se, assim, a subvenção, na qual o governo custeava uma parte da escola, financiamento que visava ao crescimento do ensino privado.

A condição essencial do processo de privatização foi a transferência dos recursos públicos aos estabelecimentos privados. Dados estatísticos oficiais do Ministério Chileno de Educação (1990) apontam que no ano de 1980, o percentual de estudantes chilenos matriculados em escolas públicas atingia 80%. Dez anos mais tarde, o percentual dos matriculados em escolas públicas caiu para 58%, também como afirma Figueroa (1997):

Com o efeito, se antes de 1981 os alunos transferidos estavam em estabelecimentos públicos gratuitos, obviamente sua passagem ao ensino privado não deveria significar custo para eles ou para suas famílias. E se as famílias pagavam esse ensino privado, o Estado deveria arcar com esse custo. Com essa finalidade, ampliou-se um antigo e limitado sistema de subsídios públicos, existente para uns poucos estabelecimentos privados, generalizando-o para toda essa nova educação privada, que a partir de então passou a denominar-se Educação Particular Subvencionada (FIGUEROA, 1997 p. 50-51).

Desta forma compreende-se que no Chile existem três categorias de escolas: as do setor público; as particulares e as particulares subvencionadas, nas quais um investidor aplica recursos, com o subsídio governamental, em projetos sejam estes relacionados à própria estrutura física da escola ou não. Tal fato representa um jogo de interesses, no qual se envolvem os interesses das escolas privadas e os interesses do Estado, que já não consegue comandar a educação com plenitude como destaca Britto (2011):

[...] Em termos de criação de instrumentos de diagnóstico para a qualidade do ensino, destaca-se a implantação do SIMCE (*Sistema de Información y Medición de la Calidad de la Educación*) em 1988, cujo objetivo inicial era identificar as escolas com piores resultados, tornando-as elegíveis para um programas de complementariedade de recursos, como o P-

900⁹. Durante este período, houve uma clara desvalorização da profissão docente através da perda da condição de funcionários públicos, assim como do seu status de carreira universitária restabelecido somente na década de 1990, por meio da LOCE (*Ley Orgánica Constitucional de la Enseñanza*), última política educacional promulgada pelo governo militar (BRITTO, 2011, p.11).

Conforme já exposto, o Chile passou por dois momentos após o golpe o de desconcentração e o de descentralização. No tocante à desconcentração, a mesma esteve orientada pela *Ley de Reforma Administrativa (1974)*, que previa uma mudança estrutural dos ministérios. A implementação da desconcentração no setor educacional foi lenta e dificultosa e de acordo com Espinoza e González (1993), só se completou formalmente em 1980, com a definição dos limites municipais.

Não obstante, a descentralização educacional chilena está baseada no modelo neoliberal conhecido como “*El Ladrillo*”, elaborado em maio de 1973. Segundo o mesmo:

Uns dos setores mas ineficientes do setor público é a área da educação, na qual aparte do extremo burocrático não existem mecanismos para que o usuário do serviço (pais e alunos) possam controlar a qualidade e o tipo de educação que esta implantado.

Sua extrema rigidez impede que as diversas escolas e centros de ensino efetuem os necessários ajustes para adequar-se ao meio específico aonde se realiza o labor educacional. As limitadas experiências dos últimos anos, que tem resultados uma maior participação dos pais e professores na administração das escolas e liceus tem sido exitosas.

Se estima que a forma mais adequada de baratear o custo e melhorar a qualidade educacional é uma drástica descentralização da estrutura de maneira que seja a comunidade local que passe diretamente a administrar a unidade escolar respectiva. Nesse sentido, a responsabilidade direta da formação dos estudantes estaria nas mãos da comunidade escolar, por meio de suas diversas instâncias (professores, pais de família, escolares e pessoal administrativo) e as autoridades municipais e a vizinhança que elegeriam as autoridades do centro educativo, contratariam os funcionários, controlariam o ensino e adotariam as decisões de forma autônoma. Ao Estado, por meio do Ministério da Educação, somente manteria se encarregado de formular uma política geral, e controlar os requisitos mínimos de promoção, currículo e a obrigação de financiar o custo mínimo de cada um

⁹ Programa de apoio as escola que obtiveram menor desempenho no SIMCE, estimulando a participação comunitária e ofertando cursos para a formação de professores.

que estivesse sendo educado; para isso transpassaria as municipalidades um fundo respectivo para que estes centros comunais o administrassem. O estado poderia designar subsídios especiais a determinadas regiões ou centros específicos que necessitassem dele para algum serviço adequado (CENTRO DE ESTUDIOS PUBLICOS, 1992, p. 148-149)¹⁰.

A descentralização no caso chileno se deu na prática por meio de dois mecanismos. Por um lado, o esforço para privatizar o sistema se deu ao promover-se a criação de estabelecimentos particulares e, por outro, pela municipalização do sistema, mediante a entrega da administração escolar aos municípios.

No campo educacional, as modernizações transferiram a gestão fiscal dos estabelecimentos educacionais para as municipalidades e as mesmas a repassavam às entidades privadas. Criava-se assim a subvenção, na qual o governo custeava uma parte da escola, financiamento que visava à dispersão do ensino privado. Segundo Espinoza e González (1993), a privatização se promoveu por meio de duas instâncias: a financeira e a administrativa.

No plano financeiro, o governo impulsionou a privatização por meio das subvenções e da distribuição de fundos fiscais. Desde o primeiro momento se preocupou com o pagamento

¹⁰ *Uno de los sectores más ineficientes del sector público es el área de la educación donde, aparte del extremo burocrático, no existen mecanismos para que el usuario del servicio (padres y alumnos) pueda controlar la calidad y el tipo de educación que se está implantado. Su extrema rigidez impide a las diversas escuelas y centros de enseñanza efectuar los necesarios ajustes para adecuarse al medio específico donde se realiza la labor educacional. Las limitadas experiencia de los últimos años, que han resultado en una mayor participación de los padres y profesores en la administración de las escuelas y liceos, han sido exitosas. Se estima que la forma más adecuada de baratar el costo y mejorar la calidad de la educación es una drástica descentralización de la actual estructura, de manera que se ala comunidad local quien passe directamente a administrar la unidad escolar respectiva. Em este sentido, la responsabilidad directa de la formación de los estudiantes estaría em manos de la comunidad escolar a través de sus diversos estamentos (profesores, padres de familia, escolares y personal administrativo) y las autoridades comunales y vecinales, quienes elegirán las autoridades del centro educativo, contratarían el personal, controlarían la enseñanza y adoptarían las decisiones em forma autónoma. El estado, a través del Ministerio de Educación, solo tendría a su cargo la formulación de la política general, el control a los requisitos mínimos de promoción y currículum y la obligación de financiar el costo mínimo de cada uno que se estuviere educando; para ello trapasaria a las Municipalidades los fondos respectivos para que estos centros comunales los administraran. El Estado pondría otorgar subsídios especiales a determinadas regiones o centros específicos que por su naturaleza necesitaren de ello para um servicio adecuado. (CENTRO DE ESTUDIOS PÚBLICOS, 1992, p. 148-149).*

oportuno das subvenções (usualmente atrasadas há mais de um ano) e estabeleceu, que a partir de Março de 1974 se cancelaria a subvenção por aluno matriculado no ensino médio, em vez do pagamento por estabelecimentos que existia anteriormente [...] Ademais do apoio financeiro no plano legal da privatização propiciou, como já dissemos, mediante o conjunto de normativas promulgadas entre 1977 e 1980, que permitiam o repasse de bens do Estado aos particulares (ESPINOZA E GONZALEZ, 1993, p. 30-31, tradução livre)¹¹.

Segundo os autores supracitados manifestava-se na época a dificuldade para distribuir as subvenções e bem como para regulá-las de forma correta, a partir daí se desenha uma proposta para passar esta responsabilidade aos municípios, surgindo a proposta de municipalizar a educação, uma opção diferente a privatização, mas que completava a ideia de desconcentração administrativa do Ministério da Educação.

De acordo com Cox (1997), a reforma da administração consistiu em três medidas principais: transferiu a administração dos estabelecimentos escolares antes subordinados ao Ministério da Educação (MINEDUC) aos municípios, no qual o Ministério mantinha somente sua função normativa, de supervisão e avaliação; mudou a forma de utilização dos recursos, para uma modalidade baseada no pagamento de uma subvenção por aluno atendido, sendo a mesma calculada para agir como incentivo econômico para o aumento nos números de gestores privados nos estabelecimentos básicos e médios; e por fim, a reforma transferiu a administração alguns estabelecimentos de nível médio vocacional para corporações de empresas. Ainda nos afirma o autor que:

Os propósitos governamentais explícitos e implícitos com as políticas descentralizadoras e privatizantes dos anos 80 foram: conseguir maior eficiência na utilização dos recursos através da concorrência entre os estabelecimentos pelas matrículas; transferir funções do Ministério da Educação e sua burocracia central para os poderes locais representados no município,

¹¹ *En el plano financiero, el Gobierno impulso la privatización através de las subvenciones y la distribución de los fondos fiscales. Desde el primer momento se preocupó por el pago oportuno de las subvenciones (usualmente atrasadas em más de um año) y se estableció, que a partir de Marzo de 1974 se cancelaria la subvención por asistencia promedio de los alumnos, em vez del pago por establecimientos que existia previamente [...] Además del apoyo financiero en el plano legal la privatización se propició, como ya se há dicho, mediante el conjunto de normativas promulgadas entre 1977 y 1980, que permitieron el traspaso de bienes del Estado a los particulares (ESPINOZA; GONZÁLEZ, 1993 p. 30-31).*

bem como reduzir o poder de negociação do sindicato dos professores; obter maior participação do setor privado no fornecimento da educação, o que lançaria as bases para uma maior concorrência entre os estabelecimentos e mais opções para os consumidores e, por último, promover maior aproximação entre a educação técnico-profissional média e os círculos econômicos da produção de serviços (COX, 1997, p. 5).

Em 1988 o ditador toma decisão diante das manifestações fortemente reprimidas pelo *Carabineros de Chile*, de realizar um plebiscito. Colocando em cheque seu governo, o ditador achava que venceria novamente como fizera para aprovar a Constituição em 1980. O plebiscito de 1988 foi limpo, o povo se lembrou da violência do golpe de 1973 e o não ao governo triunfou com 54% dos votos, então, no ano seguinte, o Chile teve sua primeira eleição pós Pinochet. Os eleitores chilenos foram às urnas e elegeram seus representantes.

A REVOLTA DOS PINGUINS

Essa nova fase política, provocou mudanças no cenário chileno, pois o regime de Pinochet, derrotado primeiro no Plebiscito de 1988 e em seguida nas eleições presidenciais de 1990, foi substituído pelo governo da Negociação coalizão centro-esquerda democratas-cristãos, social-democratas e socialistas. O fim desse regime outorgou um sistema eleitoral que impedia que os partidos democráticos tivessem maioria absoluta, para a modificação da Constituição, “[...] partidários do regime militar elegem um número equivalente de deputados e senadores ao da maioria, com só 25% dos votos” (FIGUEROA, 1997, p. 51). Vale ressaltar que no primeiro governo democrático, parlamentares apoiados pela direita aprovaram uma reforma fiscal, a qual se autorizava as escolas a cobrarem mensalidades de seus alunos, sem que este aumento significasse a diminuição e muito menos o término do recebimento da subvenção por aluno do Estado, denominada “*financiamiento compartido*”, pode-se dizer que foi a primeira ação de ordem privatizadora pós-ditadura militar.

[...] o financiamento compartilhado, em educação teria sido exclusivamente uma transação política conjuntural, na qual se concedeu o item de gratuidade do ensino subvencionado pelo Estado em troca dos maiores recursos provenientes do aumento de impostos (IDEM, p. 54).

Segundo Fuenzalida (1998), o primeiro governo democrático fez uma análise da situação educacional do país, dentre outras colocações mostrava altas desigualdade nas aprendizagens, seja pela localização geográfica das escolas, seja por seu status (Municipal, Particular Subvencionada ou Particular). Por meio desta análise, a política educacional deste período procurou melhorar os programas de qualidade da educação, bem como voltar um olhar imediato as escolas com pior desempenho no SIMCE, que quase sempre se localiza nos lugares mais pobres.

O segundo governo (1994-2000) deu continuidade ao governo anterior. Vale lembrar que conforme Fuenzalida (1998), isto revela que ambos os governos pertenciam à coalizão chamada “concertação de Partidos pela Democracia”, que compreendia partidos socialistas, radicais, democratas-cristãos e os chamados Pela Democracia.

Os alunos que frequentavam nesse momento as escolas que obtinham melhores rendimentos eram alunos com melhores condições, já os frequentadores das escolas com menor pontuação eram os de rendas mais baixas.

Este fato originou as ações educacionais mais significativas dos dois governos da Negociação, os programas de Melhoria da Qualidade da Educação nas escolas pobres (conhecido como p-900) e de Melhoria da Qualidade e Equidade da Educação (MECE, apoiado pelo Banco Mundial) [...] se lançaram à elaboração e implementação de soluções educacionais para o problema de falta de equidade social na qualidade da educação, sem pretender reverter as mudanças estruturais realizadas pelo governo militar. (FIGUEROA, 1997, p. 52).

A profunda crise do sistema educacional do Chile mostrou-se presente na sociedade atual em Março de 2006, conhecida como a “Revolta dos Pinguins”, tais manifestações mobilizadas por estudantes do ensino médio consistiram em greves estudantis, invasão e depredamento do patrimônio público na região central de Santiago, abalando o governo da época de Michelle Bachelet. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE):

[...] a educação chilena parece estar conscientemente estruturada por classes sociais [...] está influenciada por uma ideologia que dá importância indevida aos mecanismos de mercado para melhorar o ensino e a aprendizagem (OCDE,2004, p. 290, tradução livre).

Para Zibas (2008), as aclamações consistiam nos seguintes itens: gratuidade do exame de seleção para a universidade (como nas universidades americanas), passe escolar grátis e sem restrições de horário, melhoria da merenda escolar e reforma da infraestrutura sanitária, pois estava em mau estado em muitas escolas. Tais reivindicações foram quase mediatamente equacionadas e/ou atendidas pelo governo da presidente Bachelet. Contudo, com a acréscimo do debate nas assembleias estudantis e a união de outros agentes políticos, como o sindicato docente, alcançaram maior ênfase e intensidade itens como a anulação da Lei Orgânica Constitucional de Ensino (LOCE)¹² e a modificação ou anulação da JEC.

Em abril de 2007, afirma Zibas (2008) Bachelet convocou a sociedade para expor seu projeto de uma nova Lei Geral de Educação (LGE), que supriria a LOCE. Entretanto, a mesma gerou enorme controvérsia, pois apresentava pontos polêmicos como: eliminação do processo de seleção de candidatos à matrícula até a 8ª série do ensino fundamental, proibição da aquisição de lucro das escolas privadas subvencionadas com verbas oficiais e maior exigência de pré-requisitos aos mantenedores de tais escolas.

Nesse contexto os partidos de oposição, chamados “de direita”, ou bloco Alianza, culparam o projeto oficial por não garantir a liberdade de ensino e não resolver os problemas de qualidade. Por fim, a Igreja católica, grande beneficiada do financiamento público das escolas particulares, inscreveu-se no debate defendendo a “liberdade de escolha das famílias no que diz respeito à educação dos filhos” (ERRÁZURIZ, 2007, apud ZIBAS 2008, p. 204). Tal mobilização das esferas conservadoras teve percussão no Congresso, diante disso, o governo não conseguiu maioria para a aprovação da LGE. Para vantagem do bloco opositor *Alianza*, o mesmo lançou em julho de 2007 um projeto alternativo, tornou-se uma enfática defesa do financiamento público da escola privada e do direito ao lucro na educação subvencionada.

A versão final do acordo obtido começou a ser conhecida como *Gobierno de Chile, Alianza y Concertación de 2007*. Alguns dos principais pontos acordados

¹² A LOCE foi instituída por Pinochet em seu último dia como presidente da República e, apesar dessa lamentável origem ditatorial, foi preservada por todos os governos eleitos a partir de 1990. Na mesma se consagrou a descentralização curricular, permitindo que cada estabelecimento pudesse eleger seu plano e conteúdos que considera-se pertinentes para o cumprimento do objetivos mínimos do ano.

foram os seguintes: o ensino fundamental (*enseñanza básica*) foi reduzido de oito para seis anos. O ensino médio foi ampliado de quatro para seis anos, sendo que as duas últimas séries desse nível se transformaram em cursos de especialização, compreendendo três ramos: científico, humanístico e técnico-profissional; para as escolas que recebem subvenção, foi proibida a seleção de candidatos a matrículas desde a pré-escola até a 6ª série (e não até a 8ª série, como propunha o governo). Ou seja, deve ser abolida (até a 6ª série) a prática, muito comum na rede particular subvencionada, de selecionar seus alunos de acordo com o rendimento passado ou potencial do candidato ou de acordo com os antecedentes socioeconômicos da família; continua permitido que os proprietários privados de escolas subvencionadas tenham lucro, mas devem ser pessoas jurídicas, dedicadas somente ao ramo da educação. Além disso, os proprietários devem ter estudos de nível superior; cria-se um conselho, que será um organismo autônomo, que se relacionará com o presidente da República por meio do Ministério da Educação.

Zibas (2008) destaca que importantes reclamações dos estudantes foram excluídas no projeto da “direita” como: a revisão da JEC; o fim do lucro com a educação; o estabelecimento de menor número de alunos por classe e a extensão do currículo para incluir formação sindical e educação sexual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema educacional chileno permeado pelos processos de desconcentração e descentralização no Chile, conforme já citado, tem referências internacionais, mas é original pela sua implementação em um contexto governamental autoritário que o tornou irreversível. Seus efeitos só seriam conhecidos em longo prazo e embora em diversas situações autoridades tenham se posicionado de forma contrária, como a Igreja Católica, o mesmo subsidia o Estado e a Nação em sua essência até os dias atuais.

Este artigo pretendeu mostrar os aspectos positivos e negativos do modelo implantado por Pinochet durante seu governo, analisando sua implantação e seus resultados, no intuito de situar os leitores brevemente no quadro em que o país se enquadra hoje e os objetivos que esta nação jovem logra conseguir. O novo pacto proposto pela Alianza foi apenas o começo da construção de outro modelo: mais democrático, menos segmentado e mercantilizado, que preserva e, em especial,

aperfeiçoa algumas conquistas dos governos anteriores, como a obrigatoriedade escolar até o ensino médio, a avaliação periódica dos docentes e a jornada escolar completa.

É válido ressaltar que o atual debate chileno, focado no questionamento do modelo educacional altamente mercantilizado e segmentado, tem características de vanguarda e, especialmente, apresenta uma harmonia com a realidade social, política e educacional do país. O que evidencia problemas sintomáticos antigos, como a segregação escolar, além de vencer ou convencer os resistentes, servindo de base para a construção de políticas cujo enfoque primordial seja a diminuição das desigualdades no âmbito escolar, transcendendo tais modificações estruturais para o resto da sociedade e cumprindo assim com o papel transformador da educação.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, E. O Rei Esta Nu: o mito da gestão escolar privado no Chile. **Revista Tessituras**, nº4. 2012. Disponível em: <<http://www.docentesfsd.com.br/arquivo/oreiestanu.pdf>>. Acesso em: 18 Ago. 2013.

ARRIAGADA, G. **Por la Razón o la Fuerza: Chile abajo Pinochet**. Santiago: Ed. Sudamericana. 1998. p. 265-275.

BIANCHETTI, R.;G. **Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais**. São Paulo: Ed. Cortez, 1997.

BRITTO, A. **Reformas Educacionais no Chile: a vez do agente**. Centro Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento. Texto para discussão nº55. Outubro, 2011.

BRUNNER, J. J. **Educación grátis para todos es ir em contra de la igualdad**. 2011. Disponível em: <<http://papeldigital.info/ltrep/2011/08/20/01/paginas/015.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

CANAL FUTURA. **Destino educação: diferentes países, diferentes respostas**. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=gF-xBK1l6rA>> Acesso em: 08 jun. 2012.

Centro de Estudios Públicos. **“El Ladrillo” Bases de la Política Económica del Gobierno Militar Chileno**. Santiago: Alfabeta Impresores, 1992.

COX, C. **A Reforma da educação chilena: contexto, conteúdos, implantação**. Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe. n.8, 1997.

COX, C. **Hacia la elaboración de consensos en política educacional: actas de una discusión.** Santiago, CIDE, 1985.

CUNHA, L. A. Ensino médio e ensino técnico na América Latina: Brasil, Argentina e Chile. **Cadernos de Pesquisa**, nº.111, p. 47-70. Brasília, 2000.

ESPINOZA, O.; GONZÁLEZ, L. E.. **La experiencia del proceso de desconcentración y descentralización educacional en Chile 1974 – 1989.** Santiago, 1993.

FIGUEROA, A. R. Da Resignação ao Consentimento: privatização da educação básica e média no Chile. **Cadernos de Pesquisa**. n. 100. P 49-56. 1997.

FRIGOTTO, G. **Educação e a Crise do Capitalismo Real.** São Paulo: Ed. Cortez, 2000.

FUENZALIDA, E. R. **A Avaliação de Sistemas Educacionais: a experiência Chilena e seus efeitos na qualidade da Educação.** Série Idéias n.30, São Paulo: FDE, 1998. p. 89 - 121.

GIL, I. J. P. C. A Municipalização do ensino no Chile. **Revista Educar**. n. 22 p. 115-137. Curitiba: Editora UFPR. 2003.

GOBIERNO DE CHILE, ALIANZA Y CONCERTACIÓN. **Acuerdo por la Calidad de la Educación:** documento técnico. Santiago, nov. 2007. Disponível em: < <http://www.emol.com/noticias/documentos/pdfs/AcuerdoPorLaCalidadDeLaEducacion.pdf> >. Acesso em: ago. 2013.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo História e Implicações.** São Paulo: Edições Loyola, 2012.

MINISTERIO DE EDUCACION. **Estadísticas.** 1990.

OLIVA, M. A. **Política educativa chilena 1965-2009. Que oculta esta trama?** **Revista Brasileira de Educação**. v. 15 n. 44 maio/ago. 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a08.pdf> >. Acesso em: 12 jul. 2013.

SCHWARTZMAN, S. **Chile: um laboratório de reformas educacionais.** Brasília, 2007. Disponível em: < <http://www.schwartzman.org.br/simon/paperChile.pdf> >. Acesso em: 14 mar. 2013.

SZKLARZ, E. O Grande Ditador. **Revista Aventuras na História.** Ed. Abril, nº 39. Novembro, 2006.

VERGARA, P. Rupturas e continuidades na política social Chilena. **Lua nova**, n. 32. São Paulo, 1994.

ZIBAS, D. M. L. “A Revolta dos Pinguins” e o novo pacto educacional chileno. **Revista Brasileira de Educação**. v.13 n. 38 maio/ago 2008.

ZIBAS, D. M. L. A Reforma do Ensino médio no Chile: vitrina para a América Latina?.
Cadernos de Pesquisa, nº 115. 2002.